



## ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DOS CORREIOS

CT/ADCAP – 044/2018

Brasília/DF, 13 de junho de 2018

Excelentíssimo Senhor

**Gilmar Mendes**

Ministro do Supremo Tribunal Federal

Praça dos Três Poderes, Brasília - DF - CEP 70175-900

Senhor Ministro,

Os participantes e assistidos do POSTALIS têm acompanhado, com muita expectativa, as ações do Ministério Público Federal e da Polícia Federal que buscam esclarecer como se deu o verdadeiro assalto que foi cometido contra nosso fundo de pensão.

Por anos a fio, quadrilhas formadas por empresários, políticos e banqueiros saquearam o POSTALIS. E hoje esta conta nos é cobrada na forma de pesadas contribuições adicionais, que desequilibraram as economias de quem deveria ter algum conforto mínimo em sua aposentadoria. Afinal, pagamos por isso a vida toda.

Cada movimento do MPF ou PF é um alento para todos nós. São pequenos e atrasados passos, mas que chegam ao rumo certo, de encontrar e punir os culpados, de recuperar o que nos foi roubado.

O alento, porém, é breve. A imprensa logo nos informa que mais um dos acusados foi solto por decisão de V.Exa. Mais um de uma fila que cresce a cada dia, como se a Justiça brasileira caminhasse sempre no erro e apenas V.Exa. estivesse no caminho correto, ou vice-versa.

Perplexos, indagamos o que está, de fato, acontecendo. As vítimas, como os participantes e assistidos de fundos de pensão como o POSTALIS não merecem ver situações como essas acontecerem todo dia.

Quem rouba aposentadorias não merece apenas a prisão. Merece pena muito maior, pois não roubou só dinheiro; roubou a vida e a dignidade de idosos; condenou-os à pobreza para utilizar os recursos desviados em vidas nababescas e sustentar políticos e banqueiros inescrupulosos. Aqueles que se encontram na “melhor idade” devem ter direito a um final de vida, no mínimo mais sereno, seja porque a saúde já não é mais tão resistente; seja, principalmente, porque contribuiu durante toda uma vida laboral para poder desfrutar dessa tão almejada tranquilidade.

Esperamos que a justiça (e os seus representantes maiores) recoloque a venda, volte a ser cega e surda, para não ver nem ouvir os nomes dos “poderosos” envolvidos em atos ilícitos e, sobretudo, que use a Constituição para efetivamente defender e proteger os direitos do povo e não para dar salvaguardas especiais a ricos usurpadores de aposentadorias.

Não temos mais a quem recorrer. Esperamos, apenas, que a justiça seja feita.

Atenciosamente,

Maria Inês Capelli Fulginiti  
Presidente

**C/cópia:** Ministra Cármen Lúcia – Presidente do STF